



GT 062. Ritmos da Identidade: Música, Juventude e Identidade

João Batista de Jesus Felix (UFT) - Coordenador/a,
Carlos Benedito Rodrigues da Silva (Universidade
Federal do Maranhão) - Coordenador/a

Socialização e discussão de pesquisas concluídas ou em andamento, enfocando a música e ritmos como elementos de mobilização coletiva, e definição de linguagens e códigos de comunicação: enfoques sobre construção de performances e linguagens corporais entre grupos de juventude nas diversas regiões brasileiras ou mesmo em outros países, a partir das tendências rítmicas veiculadas pelos sistemas midiáticos. Estamos diante um fenômeno bastante interessante, pois, a cada vez maior as expressões artísticas, que eram assumidas como simplesmente formas de lazer, serem assumidas como formas de se expor posições políticas. A arte sempre foi vista como muito perigosa, principalmente pelos governos autoritários, mas ela era entendida como uma extensão, uma maneira a mais dos grupos especializados em políticas (Partidos Políticos principalmente) tinham para demonstrar suas posições. Atualmente existem vários trabalhos acadêmicos que procuram demonstrar que a música, a dança, o cinema, o teatro, têm uma grande autonomia política. Nossa intenção, com instituído deste GT, é dar espaço para conhecermos pesquisas desenvolvidas em todo o território nacional ou estrangeiros, sobre formas de se construir identidades através da música, da dança e do lazer.

Fluxos de funk em Heliópolis - agência social dos paredões de som

Autoria: Paulo Menotti Del Picchia

O presente work apresenta uma etnografia dos fluxos funk em Heliópolis, bairro da Zona Leste de São Paulo. A etnografia explorou a metodologia de pensar a vida social do bairro a partir da música funk e dos objetos encontrados na pesquisa de campo, relacionados a esse fazer musical, que informavam narrativas relevantes para o entendimento das agências sociais da música. Os objetos em questão são os diversos tipos de sistemas de som presentes nos fluxos de rua. Os sistemas de som se mostraram agentes sociais musicais fundamentais para o fluxo de funk acontecer, e dentre suas agências podemos destacar uma demarcação musical da periferia. Apresento também resultados de uma etnografia da Liga do Funk, associação cultural gestada em torno dessa prática musical, que atua realizando reuniões e encontros de conscientização e aprimoramento técnico para jovens que desejam seguir carreira no funk. Tanto a Liga quanto os fluxos de rua se apresentam como espaços onde o funk age na como definidor de identidades juvenis em São Paulo. Na Liga do Funk, vemos emergir ainda questões declaradamente políticas com muitos de seus membros participando de debates em torno de políticas públicas, em especial na área da cultura. O funk aparece na Liga como a "arte do gueto" e em diversas falas ele aparece como a música da "favela". Este artigo pretende dar visibilidade aos dados obtidos a partir de uma pesquisa de doutorado em curso. A etnografia foi realizada em Heliópolis, pelo fato de ser um bairro importante para os fluxos de rua e para a música funk na cidade. Os fluxos de rua são festas que acontecem em diversos pontos da cidade a partir da ativação de uma rede de sistemas de som de diversos tipos, dentre os quais destaco os chamados paredões de som e os sistemas de som automotivos. Esses sistemas de som operam em alto volume desafiando a chamada "lei do psiu" (lei que proíbe som alto em espaços públicos a partir das 22 horas da noite). São festas frequentadas predominantemente por jovens (a faixa etária varia entre 14 a 25 anos em sua maioria).

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

